

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO DINAMISMO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DO MARANHÃO DE 2006 A 2022

Jamile Silva Santos¹;

¹Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA.

<https://lattes.cnpq.br/4438395530650731>

Jadson Pessoa da Silva².

²Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA.

<http://lattes.cnpq.br/9737093066557533>

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de agroindustrialização no estado do Maranhão e suas implicações no dinamismo dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), no período de 2006 a 2022, com foco na capacidade desses arranjos em promover o desenvolvimento regional. Parte-se da hipótese de que os APLs agroindustriais no Maranhão apresentam desenvolvimento limitado em virtude da fragilidade da estrutura produtiva e da baixa integração das cadeias produtivas locais. A metodologia combina análise estatística descritiva com análise de conteúdo qualitativa, utilizando dados secundários do IBGE, literatura especializada, relatórios institucionais e documentos governamentais. Os resultados indicam que, embora os APLs tenham sido incorporados a políticas públicas federais e estaduais, sua efetividade no Maranhão é comprometida por descontinuidades institucionais, baixa articulação interinstitucional e reduzido valor agregado na produção agroindustrial, mesmo no setor alimentício, de maior participação local. Apesar da dispersão territorial das agroindústrias, observam-se polos de concentração em municípios com melhor infraestrutura logística. Conclui-se que o fortalecimento dos APLs depende de ações coordenadas entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil, voltadas à qualificação da mão de obra, ao incentivo à inovação e à valorização da produção familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeias agroindustriais. Política industrial. Competitividade.

AGROINDUSTRIALIZATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE DYNAMISM OF PRODUCTIVE ARRANGEMENTS IN MARANHÃO, 2006-2022

ABSTRACT: This study aimed to analyze the agroindustrialization process in the state of Maranhão and its implications for the dynamism of Local Productive Arrangements (APLs) from 2006 to 2022, focusing on their capacity to promote regional development. The hypothesis is that agroindustrial APLs in Maranhão show limited development due to the fragility of their production structure and the low integration of local production chains. The methodology combines descriptive statistical analysis with qualitative content analysis, using secondary data from IBGE, specialized literature, institutional reports, and government documents. The results indicate that, although APLs have been incorporated

into federal and state public policies, their effectiveness in Maranhão is compromised by institutional discontinuities, weak interinstitutional coordination, and reduced value added in agroindustrial production, even in the food sector, which has greater local participation. Despite the territorial dispersion of agribusinesses, clusters are observed in municipalities with better logistics infrastructure. The study concludes that strengthening APLs depends on coordinated actions between the state, the private sector, and civil society, aimed at workforce training, innovation incentives, and the promotion of family farming.

KEYWORDS: Agro-industrial chains. Industrial policy. Competitiveness.

INTRODUÇÃO

O debate sobre estratégias de desenvolvimento regional ocupa lugar central na Economia, sobretudo diante da persistência de desigualdades territoriais e das limitações dos modelos tradicionais de industrialização. Nesse cenário, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) emergem como conceito e instrumento de política industrial voltado à compreensão das aglomerações produtivas de pequenas empresas e dos sistemas de produção territorializados (BNDES, 2004). A agroindustrialização, por sua vez, apresenta-se como estratégia de agregação de valor à produção primária, ao criar demanda para produtos locais e estimular os agricultores a produzir mais e com melhor qualidade.

Do ponto de vista regional, os APLs visavam desenvolver regiões historicamente “atrasadas”, mas dotadas de vantagens locais competitivas — como a redução de custos com matéria-prima, transporte e mão de obra (Mytelka; Farinelli, 2000). O APL não se resume, portanto, a uma simples aglomeração de empresas: trata-se de uma forma de interiorizar e espalhar a atividade econômica pelo território.

A agroindustrialização vem contribuindo de forma positiva, diversificada e descentralizada para o meio rural, sobretudo por diminuir a dependência de mercadorias exógenas e desacelerar a transferência monetária para outras regiões (Pelegri; Gazolla, 2009). Contudo, as agroindústrias do Maranhão enfrentam dificuldades tanto internas quanto nas unidades de processamento quanto exógenas, que comprometem a emancipação econômica dos produtores.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como as cadeias agroindustriais têm sido desenvolvidas para fomentar o desenvolvimento regional sustentável no Maranhão, estado com vastos recursos naturais e potencial econômico, mas também com desigualdades sociais explícitas (Fahel; Teles; Caminhas, 2016). O estudo fundamenta-se na concepção de desenvolvimento regional de Celso Furtado (1987), para quem o desenvolvimento não se limita à melhoria das condições econômicas, mas envolve também a transformação das estruturas sociais e espaciais, e dialoga com a teoria dos polos industriais de François Perroux (1966a), que associa o desenvolvimento econômico à concentração de atividades em determinadas áreas, os chamados “polos de crescimento”.

OBJETIVO

Este capítulo tem como objetivo geral analisar o processo de agroindustrialização implementado no Maranhão e seus efeitos sobre os Arranjos Produtivos Locais nos municípios do estado, entre os anos de 2006 e 2022. Como objetivos específicos, busca-se: a) apresentar o debate teórico em torno dos Arranjos Produtivos Locais e da agroindustrialização; b) investigar a dinâmica de produção industrial dos APLs maranhenses no período; e c) analisar a contribuição do processo de agroindustrialização para os municípios do estado. Parte-se da hipótese de que os APLs agroindustriais no Maranhão apresentam desenvolvimento limitado em razão da fragilidade da estrutura produtiva, da baixa integração das cadeias locais e de problemas institucionais e de gestão.

METODOLOGIA

A pesquisa combina levantamento bibliográfico e documental — livros, monografias, teses, artigos e relatórios institucionais sobre agroindustrialização e Arranjos Produtivos — com análise estatística descritiva de dados secundários do IBGE. Para a classificação das agroindústrias, adotou-se a tipologia de Austin (1992), que distingue quatro níveis de transformação da matéria-prima conforme a complexidade tecnológica exigida, combinada à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), resultando em 100 subclasses distribuídas em 10 divisões industriais. O período de análise (2006-2022) acompanha a adoção oficial da CNAE 2.0 pelo Sistema Estatístico Nacional. Complementarmente, utilizou-se a taxonomia de competitividade de clusters/APLs de Mytelka e Farinelli (2000), que classifica os arranjos entre informais, organizados e inovadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Furtado (1987), a teoria do desenvolvimento deve ser interdisciplinar, considerando os “parâmetros não econômicos” — relações sociais, institucionais e políticas — que condicionam as estruturas produtivas; o desenvolvimento não equivale, portanto, a mero crescimento econômico. Já a ideia de polarização, introduzida por Perroux, parte da constatação de que o crescimento não ocorre uniformemente no espaço, mas se manifesta em polos de intensidade variável a partir de uma “unidade motriz” — empresa ou conjunto de atividades inovadoras (Perroux, 1964; 1966a). Estudos posteriores (Nunes; Évora, 1998) associam as diferenças regionais de desenvolvimento a fatores históricos, tecnológicos, de capital humano e de colonização: regiões como o Norte e o Nordeste, historicamente exploradas como fornecedoras de recursos naturais, tendem a apresentar estruturas fundiárias concentradas e infraestrutura deficiente, sem retorno proporcional em desenvolvimento. A esse respeito, Cepeda (1993) destaca que a superação do subdesenvolvimento depende tanto de fatores exógenos — o comportamento das regiões centrais — quanto endógenos, ligados à mobilização das populações locais para reivindicar direitos e oportunidades. O capital humano, aliás, tende a exercer efeito mais expressivo que o capital criativo sobre o desenvolvimento regional, sobretudo em microrregiões com

maior escolaridade e PIB per capita (Stein; Adamczyk; Fochezatto, 2020) — condição pouco presente na maior parte do interior maranhense.

No plano conceitual da agroindústria, Maluf (2004) entende como estratégia de agregação de valor à matéria-prima agrícola por meio de seu processamento, de forma individual ou associativa, constituindo instrumento de empoderamento rural. Lauschner (1975 apud Parré, 2000) diferencia um sentido amplo — toda unidade que transforma produto agropecuário para uso intermediário ou final — de um sentido restrito, que exige aquisição direta de ao menos 25% dos insumos junto ao produtor rural, na forma não manufaturada. No Maranhão, predominam as agroindústrias familiares e de pequena escala, o que reforça a relevância do sentido restrito para pensar políticas de incentivo local, e do sentido amplo para mapear a cadeia produtiva como um todo. Prezotto (2002) complementa que as agroindústrias de pequeno porte se organizam a partir da economia de pequena escala, da descentralização espacial e de uma noção ampla de qualidade, entendendo a agroindustrialização como o beneficiamento e a transformação de matérias-primas agropecuárias em novos produtos. Dessa dinâmica emergem as cadeias agroindustriais (CAI) ou sistemas agroindustriais (SAG), compreendidos como a integração vertical entre produção, processamento e comercialização, coordenando os capitais agrário, industrial, bancário e financeiro (Guimarães, 1979; Fajardo, 2008; Zylbersztajn, 1995; Batalha; Lago Da Silva, 2007).

A trajetória industrial do Maranhão está intimamente ligada à sua história agroexportadora. No final do século XVIII, o estado foi o principal produtor e exportador de algodão do Brasil, chegando a responder por até 82% das exportações estaduais e 24% das exportações nacionais de algodão (Carvalho, 1982). Contudo, a partir do século XX, a indústria têxtil maranhense entrou em declínio por obsolescência do parque fabril, mesmo com o apoio do BNDES a partir dos anos 1960. Tribuzi (1981) atribui esse insucesso à incapacidade dos investimentos públicos em infraestrutura de induzir um processo autônomo de industrialização e de alterar a estrutura econômico-social do meio rural — onde se concentrava a maior parte da mão de obra maranhense —, o que desestimulou a inovação tecnológica local. A partir da década de 1970, o estado passou a integrar grandes projetos industriais nacionais, como o Programa Grande Carajás, o Distrito Industrial de São Luís e a planta da Alumar, voltados majoritariamente à exportação de commodities minerais e agrícolas (Holanda, 2008; 2013), consolidando uma economia de alta vulnerabilidade externa e baixo adensamento das cadeias internas.

Nesse contexto, os Arranjos Produtivos Locais foram incorporados à política estadual em 2003, por meio do Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais do Maranhão (PAPL), com a meta de elevar o IDH estadual de 0,636 para 0,70 até 2006 (GEPLAN, 2003). Os critérios de seleção priorizavam arranjos em áreas de menor IDH, menor renda per capita e maior potencial de geração de emprego. A lista inicial de 19 arranjos oscilou ao longo do tempo — chegando a 21 em 2009 e reduzindo-se a 10 em 2010 —, refletindo também as descontinuidades institucionais decorrentes de instabilidades

políticas estaduais. Atualmente, a coordenação das políticas de produção e abastecimento está a cargo do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), criado em 2015, envolvendo cinco secretarias estaduais.

Os dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE-CEMPRE) confirmam o predomínio da indústria de alimentos na estrutura agroindustrial maranhense: das 2.077 unidades locais identificadas entre as dez divisões da CNAE selecionadas, 1.215 (66,36%) pertencem à Fabricação de Produtos Alimentícios, seguida pela Fabricação de Móveis (292 unidades) e pela Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios (230 unidades). Entre 2006 e 2022, o setor alimentício foi o que mais cresceu, com 732 novas unidades, enquanto a confecção de vestuário perdeu 236 firmas no mesmo período — retração associada ao declínio da indústria têxtil, que historicamente fornecia insumos ao setor (FIEMA, 2022). A maior parte das agroindústrias alimentícias concentra-se nos níveis II e III de transformação de matéria-prima — moagem, corte, mistura, cozimento e conserva —, evidenciando baixo grau de industrialização mais complexa; das 19 atividades identificadas no segmento, apenas quatro atingem o nível IV, o de maior sofisticação tecnológica.

Quanto ao valor da produção agroindustrial rural, os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) revelam maior concentração na região sudoeste do estado, distante da capital — com destaque para o município de Grajaú (R\$ 31,2 milhões), seguido de Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim. O carvão vegetal lidera a produção física (248,5 mil toneladas), seguido pela farinha de mandioca (62,7 mil toneladas) e pelo arroz em grão (14,7 mil toneladas) — produtos associados à agricultura familiar e a baixo nível de processamento.

Dos 14 polos e distritos industriais existentes no estado, apenas dois (Bacabal e Balsas) têm vocação voltada à agroindústria - conforme tabela 1, e municípios como São Luís e Imperatriz concentram o maior número de unidades agroindustriais, favorecidos pela centralidade logística de acesso a mercados. O caso da Suzano Papel e Celulose, instalada em Imperatriz, exemplifica esse padrão: a escolha do município se deveu à proximidade do Rio Tocantins, ao acesso à Estrada de Ferro Carajás e ao Porto do Itaqui, além de incentivos fiscais federais, estaduais e municipais (Pöyry, 2010).

Tabela 1 - Distritos Industriais e Parques Empresariais no Maranhão

Distrito/Parque Empresarial	Localização	Vocação	Status
Distrito Industrial de Aldeias Altas	Rod MA-349	Atividades Diversas	Implantado
Distrito Industrial de Bacabal	Margem Esquerda da BR-316- KM 364	Agroindústria	Implantado
Distrito Industrial de Bacabeira	-	Atividades Diversas	Em projeto
Distrito Industrial de Balsas	BR-230, KM 06	Agroindústria	Implantado
Distrito Industrial de Grajaú	Margem direita da BR- 226 - Sentido Grajaú Barra do Corda	Polo Gesseiro	Operando
Distrito Industrial de Imperatriz	BR-010	Atividades Diversas	Operando
Distrito Industrial de Porto Franco	Tv. Maranhao Sobrinho, Porto Franco - MA	Agronegócios	Implantado
Distrito Industrial de Rosário	Margem Esquerda da Rodovia MA-402, KM-07	Atividades Diversas	Paralisado
Distrito Industrial de São José de Ribamar	MA-201- São José dos Índios	Atividades Diversas	Em projeto
Distrito Industrial de São Luís	Pedrinhas/Itaqui Bacanga	Atividades Diversas	Operando
Distrito Industrial Estreito	Fazenda Unidas/Itaneiras	Atividades Diversas	Em projeto
Parque Empresarial de Pinheiro	Margem direita da Rod Estadual MA – 006	Atividades Diversas	Em implantação
Parque Empresarial de Timon	BR-316, KM-06 Timon - MA	Atividades Diversas	Implantado
Parque Empresarial Imperatriz	BR-010	Atividades Diversas	Implantado

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEINC – 2025

Um mapeamento recente das cadeias produtivas do estado (FIEMA, 2025) identificou desafios estruturais persistentes: alta dependência de insumos importados, escassez de mão de obra qualificada, baixa produtividade, dificuldades de acesso a maquinário e a licenças, além de elevados custos de produção e forte dependência de investimentos públicos. Tais entraves atingem de forma mais aguda as pequenas e médias agroindústrias, que possuem menor capacidade de realocação e de diversificação geográfica, dependendo fortemente das relações estabelecidas em seu território de origem (Mytelka; Farinelli, 2000). Observam-se, assim, clusters de baixa competitividade, mão de obra deficiente e firmas frágeis quanto à confiança de mercado (Simonetti et al., 2013). Esse quadro reforça a hipótese de que o desenvolvimento dos APLs agroindustriais maranhenses permanece limitado, malgrado seu potencial produtivo — sobretudo no segmento alimentício —, sendo a agregação de valor ainda incipiente diante do potencial de diferenciação (descomoditização) que caracteriza

mercados alimentares alternativos e territorializados (Sonnino; Marsden, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como o processo de agroindustrialização influenciou o dinamismo dos Arranjos Produtivos Locais no Maranhão entre 2006 e 2022. Os resultados confirmam, em grande medida, a hipótese inicial: os APLs agroindustriais do estado apresentam desenvolvimento limitado, decorrente da fragilidade da estrutura produtiva, da baixa integração das cadeias locais e de descontinuidades institucionais na condução das políticas públicas voltadas ao setor.

Constatou-se que o processamento da matéria-prima constitui um dos pilares centrais da agroindustrialização, com impacto direto sobre a agregação de valor. No Maranhão, contudo, prevalece a agricultura familiar associada a indústrias de baixo nível de processamento, sobretudo no segmento alimentício — o mais numeroso, mas concentrado majoritariamente nos níveis II e III da tipologia de Austin (1992). A maior parte dos distritos industriais do estado permanece fora de operação plena, e a política de APLs, concebida em 2003, sofreu sucessivas descontinuidades associadas a instabilidades político-institucionais.

Persistem, ainda, profundas desigualdades territoriais: enquanto a capital São Luís e polos como Imperatriz concentram infraestrutura e serviços, vastas áreas do interior maranhense enfrentam carências básicas que comprometem a atração de investimentos e a consolidação de cadeias produtivas locais. Ainda assim, o estado revela potencial produtivo expressivo, sobretudo no segmento alimentício, cuja distribuição territorial ampla favorece o abastecimento local e regional.

Conclui-se que o fortalecimento das cadeias agroindustriais maranhenses depende de ações coordenadas entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil, com foco na qualificação da mão de obra, no incentivo à inovação, na valorização da produção familiar e na continuidade institucional das políticas públicas. A agroindustrialização, alinhada a esses esforços, pode constituir alternativa viável para um modelo de desenvolvimento regional mais equitativo e sustentável, adequado às especificidades territoriais do Maranhão.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J.E. **Agroindustrial project analysis: critical design factors**. 2nd ed. Baltimore: Economic Development Institute of the World Bank, 1992.
- BATALHA, M. O.; LAGO DA SILVA, A. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais**: definições, especificidade e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (coord.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2007.
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Aglomerções, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais**. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.
- CARVALHO, C.J. **Ascensão e Crise da Lavoura Algodoeira no Maranhão (1760-1910)**.

Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982.

CEPEDA, F. J. T. **Educação e Desenvolvimento no limiar dos anos 2000**. Economia e Sociologia, nº 59, 1993.

FAHEL, Murilo Cassio; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. **Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 92, e319205, 2016.

FAJARDO, Sérgio. **Complexo Agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 27, set. 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **Estudo Setorial: Indústria Têxtil e do Vestuário**. São Luís: FIEMA, 2022.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **FIEMA mapeia as principais cadeias produtivas do Maranhão**. São Luís, 2025. Disponível em: <https://www.fiema.org.br/noticia/5356/fiema-mapeia-as-principais-cadeias-produtivas-do-maranhao>. Acesso em: 09 jul. 2025.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

GEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentado do Maranhão**. São Luís: GEPLAN, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, F. de. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. São Luís: IMESC, 2008.

HOLANDA, F. de. **Dinâmica da economia maranhense no período 2000 a 2012**. São Luís: IMESC, 2013.

LAUSCHNER, R. **Agroindustria y desarrollo economico**. Santiago: Universidad de Chile, 1975. (Tese MS).

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MYTELKA, Lynn; FARINELLI, Fulvia. **Local clusters, innovation and sustained competitiveness**. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, Helena Maria Martins (Org.). 2000.

NUNES, Rui; ÉVORA, César. **Assimetrias internas e históricas sobrepõem-se a discursos de conjuntura**. Economia Pura, nº 6, Ano I, p. 30-33, 1998.

PARRÉ, J.L. **O agronegócio nas microrregiões brasileiras: 1985 a 1995**. 2000. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Márcio. **A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 17, n. 2, 2009.

PERROUX, François. **A Unidade Motriz na região e a região Motriz**. In: Seminário Sobre

Pólos de Desenvolvimento, 1966a.

PERROUX, F. **A ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo.** Análise Social I, Lisboa, 1964.

PREZOTTO, Leomar Luís. **Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado.** In: LIMA, Dalmo Albuquerque; WILKINSON, John (Org.). Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPQ/Paralelo 15, 2002.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose para Fabricação de Celulose Branqueada e Papel, no município de Imperatriz, no estado do Maranhão,** 2010.

SIMONETTI, E. R. de S.; CARNIELLO, M. F.; RODRIGUES, M. de S.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. **Diagnóstico do arranjo produtivo local das indústrias têxteis do município de Imperatriz-MA.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2013.

SONNINO, Renata; MARSDEN, Terry. **Além da linha divisória: repensando relações entre redes alimentares alternativas e convencionais na Europa.** In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

STEIN, Natália; ADAMCZYK, Willian; FOCHEZATTO, Adelar. **Padrões espaciais do capital criativo e do capital humano no Brasil:** efeitos sobre o desenvolvimento econômico regional. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 30, n. 63, p. 1002, 2020.

TRIBUZI, J. P. G. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** São Luís: FIPES, 1981.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness:** uma aplicação da nova economia das instituições (Tese de livre docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.